

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PATROCÍNIO/MG

Ata da 04ª Reunião Ordinária de 2023 do Conselho Municipal de Saúde de Patrocínio MG. Aos quinze de maio de 2023, às 15 horas e 30 minutos no Auditório Geraldo Campo situado à Praça Olímpio Garcia Brandão, nº 1488 reuniu-se o Conselho Municipal de Saúde estando presentes os seguintes conselheiros titulares e suplentes: João de Melo, Edvaldo Soares dos Santos, Ana Lúcia de Castro, Márcia Abadia Barbosa, Anderson de Souza, Antônio Hortense, Elenize de Lourdes, Fátima Aparecida de Souza, José Marques Leite, Dileia Dornelas Silva, Virginia Lara Costa, Braz Cartony, Anna Christina Gonçalves, Camilo dos Santos Guimarães, Maria José Silva Salomão, Alessandra Maria Afonso, Sabrina Dorneles e Gilberto Martins Junior. João agradece a presença de todos, roga a Deus para que possa ter uma reunião com transparência e responsabilidade, e passa palavra para Laira fazer a leitura da ata, após a leitura, ata é aprovada por unanimidade. João passa justificativa de falta de Tais, Kézia, Andreia e Luiz Eduardo, e dando seguimento passa para a pauta Credenciamento dos Serviços Veterinários de apoio, passando palavra para Gilberto, Gilberto distribui documento orientador, cumprimenta os presentes e fala que traz esse termo de referência onde solicitasse esse credenciamento para que nós possamos ter esses serviços prestadores da área da medicina veterinária exclusivamente para atender possíveis intercorrências que possam acontecer no momento onde estejam sendo feitas as castrações na nossa unidade de controle de Zoonoses no Canil municipal, como é de conhecimento de todos na Unidade é feita a esterilização tanto de cães como de gatos. Que estamos então finalizando o projeto de castração para ser enviado ao conselho regional de medicina veterinária de Belo Horizonte, o projeto está pronto, e uma das exigências que o próprio conselho requer é que tenha esse apoio caso aconteça alguma intercorrência, então essa é uma exigência legal do Conselho, mostrando que essa apreciação de credenciamento já havia sido realizada no ano anterior, e que para esse projeto deve ser atualizada, assim aprovamos alguns procedimentos que seriam necessários caso ocorra essas intercorrências e qualquer clínica veterinária do município pode participar desse credenciamento na prefeitura, explica que existe algumas exigências para pleitear esse processo, que atendendo os requisitos elas terão direito a participar, e que só será utilizado o que está sendo colocado na planilha, que nela há uma média, uma previsão de quantidade e valores por ano de cada procedimento, enfatizando que isso tudo caso necessite, apontando que no ano anterior não foi utilizado nenhuma vez, mesmo que tenha sido feito o credenciamento para tal, não foi utilizado e que provavelmente será da mesma maneira, aponta que os procedimentos continuam os mesmos, que temos profissionais capacitados, mas como é burocrático e é uma exigência do Conselho estamos colocando para a apreciação, João pergunta se tem algum recurso específico para essa ação, Gilberto informa que é feito através de recurso próprio, João pergunta sobre a ADA se ela pode ser credenciada, Gilberto explica que nesse caso apresentado há exigência de uma estrutura física, com responsável técnica, com toda uma ala de atendimento emergencial entre outras exigências como foi informado, então por não se adequar ela não poderia se credenciar, João coloca a apreciação da pauta à plenária, Anderson cumprimenta os presentes e questiona se não seria mais fácil contratar funcionários para fazer esse tipo de ação, já que temos uma estrutura muito boa. Gilberto informa que nós temos, temos três funcionários contratados no Canil Municipal que já fazem esse tipo de serviço e uma estrutura própria para fazer o procedimento, que como informado na explicação esse Credenciamento é uma exigência do Conselho Regional de Medicina Veterinária, que haja essa extensão em algum lugar, um ponto de referência, caso necessário, caso a estrutura toda que existe, não comporte alguma intercorrência, que possa ser direcionada para algum ponto para que se possa conduzir o animal, colocando novamente que

32

como disse, no credenciamento anterior não foi necessário a utilização do serviço, que mesmo havendo intercorrências, todas puderam ser sanadas pela nossa própria equipe e clínica, Anderson coloca que já que está sendo feito, que poderia ser feito mais. Gilberto coloca que estão sendo feitas castrações prioritariamente de animais de rua e atendendo também aos protetores individuais que queiram ter cadastros, bem como atendendo em alguns dias da semana algumas associações, que o objetivo é sempre ampliar, que as castrações para a população de baixa renda, está prevista em lei, e com o projeto a gente consegue avançar mais. O objetivo nosso é esse, prioritariamente animais solto se posteriormente animais de pessoas de baixa renda e com isso com o tempo a gente consegue diminuir essa procriação desordenada, Anderson pergunta então já que esse serviço é prestado se quando encontrar um animal em risco, pode então levar até a zoonose, Gilberto coloca que pede sempre que seja feito esse contato com o serviço porque se fosse possível todos os animais seriam recolhidos em toda a cidade, mas é sabido que isso é impossível, mas se há algum animal que está trazendo risco à população é de obrigação nossa recolher, que serão atendidos pelos veterinários disponíveis, evoluir prontuário, avaliar, fazer exames, e se realmente for constatado que se trata de um animal de risco ele não sai de lá, mas se for um animal sadio que as pessoas possam estar cuidando no ambiente em que ele residia mesmo que em um ambiente comunitário ele volta para onde ele foi recolhido, Anderson fala que um animal solto é um risco, que sabe bem disso, provocam acidentes, que acha que a prefeitura tem que se equipar para receber esses animais, que é obrigação do município garantir a segurança tanto das pessoas quanto dos animais, fala de uma situação particular perto de sua casa que volta e meia encontra animais perto, que trata, que queria ficar com todos, mas que já tem muitos, que está cuidando para então trazer esses animais para castrar, pois não ficará com eles dentro de casa, José Leite comenta também de outra situação de cachorros sem lar, questionando sobre a busca desses, Gilberto volta a dizer que quem dera fosse possível recolher todos os animais soltos por aí, que o Canil hoje tem capacidade para abrigar 150 animais e que há uma estimativa que há cerca de 4000 animais soltos, ou seja, a conta não fecha, cita a própria lei que diz que animal sadio não pode ficar abrigado no Canil, que a equipe é obrigada a devolver lo ao local onde ele foi capturado para que a comunidade possa acolhê-lo, como foi dito pode ser feito esse intermédio para que ele possa ser castrado e cuidado caso preciso, mas que depois ele será devolvido, falando que há também campanhas de adoção e de conscientização para que diminua o número de animais abandonados, José Leite acrescenta que inclusive na saída do bairro do Dona Diva há muitos cachorros, Gilberto coloca que mora lá e fala sobre a situação do bairro, como um ponto complicado e das ações da comunidade com o cuidado, Anna Christina fala que os esforços deviam se concentrar em penalizar em quem solta os animais, comentando sobre a situação em frente ao hospital que não se trata apenas só de querer ou não cuidar, mas sim de uma questão sanitária, Anderson questiona se a prefeitura não poderia fazer uma campanha, com divulgação de que isso é crime, que muitas pessoas não sabem disso, Gilberto fala que dentro da própria lei citada há a questão da promoção da educação sobre inclusive de um termo que se chama posse do responsável, acrescenta além disso que não só a prefeitura, que isso é responsabilidade da polícia ambiental, das associações, colocando que a gente tem que ter cuidado em reproduzir sempre essa fala "a prefeitura tem que fazer" e não esquecer os parceiros, nesse quesito em questão que de certa forma está faltando tomar frente de ações para que possamos evoluir mais nisso, Maria José Salomão acrescenta que é importante dizer que questão da ação da prefeitura nesse caso pode acontecer quando houver denúncia, com provas da ação, a vigilância polícia ou ouvidoria pode ser acionada, Anderson fala que a questão levantada é sobre informação, tem gente leigo no assunto que não sabe que soltar animais é crime, que isso seria

para

um meio de reduzir o número desses animais, João questiona a todos se foi bem esclarecido e coloca pauta em apreciação, pauta é aprovada por unanimidade, seguindo a pauta João passa palavra para Sabrina que estará passando a pauta colocada por Daniela que trata da atualização da composição do Comitê Técnico de Políticas da Promoção da Equidade, Sabrina cumprimenta os presentes e coloca que na última reunião foi aprovada a composição do Comitê de Equidade através de sua alteração anual, mas que foi necessário fazer uma retificação pois Gilberto estava como representante civil, que na verdade ele é representante da Vigilância e que Márcia Barbosa entrou como representante da sociedade civil, e que ela trouxe essa alteração para ciência do Conselho, João coloca pauta em apreciação, pauta é aprovada por unanimidade. João fala sobre a terceira pauta que trata do Regimento Interno, certificando que todos receberam o arquivo, diz que analisou e não viu questão a ser modificada, mas a partir de vários olhares, poderia encontrar algumas coisas a serem melhoradas, lembrando que a qualquer tempo por maioria qualificada de conselheiros poderá ser feita alterações no regimento interno, passando pra Laira falar sobre suas sugestões, Laira reforça o que foi dito na reunião anterior, sobre a alteração da periodicidade das Conferências, mudando o texto colocando que haverá conferencia a cada dois anos, um atribuições da secretária executiva, alinhando a realidade de hoje, colocando como atribuição da secretaria a elaboração das atas, Maria José Salomão, questiona a atribuição, mostrando uma experiência anterior, sugerindo conforme foi orientado pelo jurídico para eles que mantesse as atribuições do regimento e pudesse dar ao presidente a atribuição/poder de designar quem poderá elaborar as atas, a partir disso não haveria conflito de competências, João coloca em aprovação alterações são aprovadas por unanimidade. João, passa a falar sobre a pauta Atualização das Comissões de trabalho; comentando sobre a CISTT, que atualmente é a comissão mais atuante, falando de sua experiência externa com as demandas dos usuários, que a importância de comissões organizadas está no poder de apurar, saber como agir e filtrar o que tem que ser discutido em plenária, que esses grupos têm que ser atuantes, e objetivos, sabendo que nada é decidido por uma pessoa, mas sempre com o coletivo. Laira destaca no material apresentado o que está definido no regimento interno em relação as comissões, para que se possa dividir como possível, e definir um ponto de partida, para que não se postergue novamente as ações. Edvaldo faz ressalvas sobre o nome e atribuição da comissão de visita e fiscalização apresentando sua experiência em relação a receptividade em alguns momentos, após explanações e apontamentos, nome e atribuição da comissão ficam mantidas. Anderson fala que tem que ter um crachá para identificação quando for fazer uma visita para mostrar o peso dessa ação, Laira pede desculpas e interrompe a fala colocando que isso é uma demanda que a comissão irá se reunir e organizar e pensar junto definindo a sua forma de trabalho, que o objetivo no momento era somente fazer a divisão dos grupos, Anderson questiona o que ele poderá fazer então nessa comissão, Laira pontua que justamente era para isso que estava sendo dividida as comissões e que só depois de organizadas é que se teria uma resposta. Maria José e Laira comentam que duas das comissões embora distintas tem objetivo de trabalho em comum. Fica definida a seguinte composição das comissões, Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e da trabalhadora: João, Edvaldo, Márcia, Gilberto e José Leite. Comissão de Prestação de Contas e Relatório de Gestão: Camilo, Gilberto, Maria José Salomão, e Luiz Eduardo. Comissão de visita e fiscalização: Braz, Anderson, Edvaldo, Maria José e Jardim. Comissão de Apuração de Denúncias: Dileia, Anderson, Virgínia e Maria José Salomão. Comissão de Normas, comunicação e Educação Permanente para o Controle Social: Fátima, Braz, Ana Lúcia, Elenize, Anna Christina e João. Laira coloca que a partir dessa divisão, grupos deverão se organizar e apresentar algo palpável para a próxima reunião.

Laira

88

Edvaldo sugere que Laira crie um grupo de cada comissão e que seja definido coordenadores interinos para que possam dar andamento ao trabalho, não ficando muito solto. Ficam definidos como coordenadores interinos das comissões responsáveis por marcar reunião da comissão, definir início dos trabalhos e repassar feedback na reunião de junho: Edvaldo, Camilo, Anderson, Virgínia e Anna Christina. Em assuntos gerais Laira repassa a plenária e mail recebido do Unicerp com as composição do COEP. Sem mais a tratar, João encerra a reunião. Para constar eu Laira Carolina Arvelos, secretária executiva do Conselho Municipal de Saúde, lavrei a presente ata, que será lida e datada e se aprovada seguirá assinada por mim e será validada pelas assinaturas dos presentes que constam no livro de presença do Conselho. Patrocínio (MG), 15 de maio de 2023. Laira Carolina Arvelos - Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde.

Laira Carolina Arvelos Laira Carolina Arvelos
João de Melo _____

3170